

Colapso na saúde do Rio

MARIA EMILIA AMARAL

O colapso da Saúde no Rio já aconteceu. O que restou da rede pública resiste nos hospitais de emergência da Prefeitura, cada vez menos capazes de absorver a demanda da desassistência médica do Estado. As greves nas unidades do Inamps e do estado conseguiram piorar o que há pouco mais de um mês parecia não poder ficar pior. Todos recordam deste passado recente, quando o secretário estadual de Saúde, Pedro Valente, ocupava as páginas dos jornais para propor a setORIZAÇÃO do atendimento de urgência e a instalação de telefonetes celulares nas ambulâncias, como forma de amenizar o drama da Saúde que vinha sendo denunciado pela imprensa.

Pois bem, nenhum investimento chegou aos hospitais do estado que continuam praticando a "reboquete-rápia" de pacientes graves e não graves da Zona Oeste para as sobrecarregadas unidades do município: Souza Aguiar, Miguel Couto e Salgado Filho. Tem sido difícil encontrar espaço nas salas de emergência, e mesmo no chão ou as bancadas das pias têm servido para abrigar mais um que chega trazido pelas ambulâncias do Corpo de Bombeiros.

Não há como esquecer, também, quando em passado um pouco mais distante, meados de 1990, o recém-empossado ministro Alcení Guerra responsabilizava os médicos pelo caos na Saúde enquanto prometia mundos e fundos aos usuários da rede pública hospitalar. Assistimos ho-

je as promessas se concretizarem em bicicletas superfaturadas e sopa rala para calar a fome nas enfermarias. Em meio à tamanhas distorções, fica difícil lembrar que o Hospital do Andaraí e o de Bonsucesso do Inamps, assim como o Getúlio Vargas e o Carlos Chagas, do estado, foram no passado junto com o Souza Aguiar e o Miguel Couto, da Prefeitura do Rio, importantes centros formadores em medicina de urgência.

Na realidade, as questões fundamentais que poderiam dar partida a programas visando à melhoria da qualidade do atendimento médico à população não têm tido espaço na discussão. Para que a saúde pública funcione adequadamente, basta que se cumpra o que foi escrito na 8ª Conferência Nacional de Saúde. Nenhuma proposta mirabolante poderá dar certo, se não forem aumentadas as verbas destinadas ao setor, corrigidas as distorções salariais e implementadas medidas para a descentralização administrativa. Não é possível mais a convivência passiva com distorções que permitem ao ministro da Saúde utilizar verbas do Sistema Único de Saúde para a construção de Ciacs, ou ao governador do Rio de Janeiro deixar morrer à mingua os hospitais do estado.

Com seriedade e competência administrativa ainda pode ser possível salvar os hospitais públicos do Rio de Janeiro. Recentemente, completados dois anos de governo, o prefeito Marcello Alencar enfim com independência política, passou a dar atenção aos serviços de saúde do município que têm mudado para melhor. Assumiu a Secretaria municipal de Saúde o dr. Ronaldo Gazolla, terceiro secretá-

rio da atual gestão, que deu início ao tão reivindicado programa de descentralização administrativa, permitindo que os diretores das unidades passassem a ter autonomia gerencial e financeira para compra de material básico e manutenção de equipamentos hospitalares. Os médicos tiveram seus salários corrigidos substancialmente, chegando a perceber atualmente três vezes mais que seus colegas da rede estadual. Não fica difícil entender a razão dos hospitais municipais do Rio ainda praticarem uma medicina de razoável qualidade, apesar da sobrecarga em número de atendimentos, e de neles ser menor o déficit de especialistas.

A resistência, no entanto, tem limites, e não será surpresa se com a chegada do verão e das festas de fim de ano, quando aumentam o número de acidentes, os hospitais do município também entrem em colapso. É de se esperar que a afinidade partidária que une os governantes do estado e do município do Rio de Janeiro, permita encontrar saídas para a situação de perigo que ronda os cariocas, que por infelicidade venham a necessitar de atendimento médico de urgência.

Aumentar as verbas destinadas à Saúde, remunerar dignamente os profissionais e descentralizar a gerência administrativa, foi o caminho que a Prefeitura do Rio encontrou e que começa a dar certo. Que tal o governo do estado seguir o exemplo e também tentar acertar? Ainda é tempo.

Maria Emilia Amaral é médica e presidente da Comissão de Ética do Hospital Souza Aguiar.